

Questionário “Estudo de Casos e Vacinação - Covid-19” segue aberto para novas respostas e atualização de informações



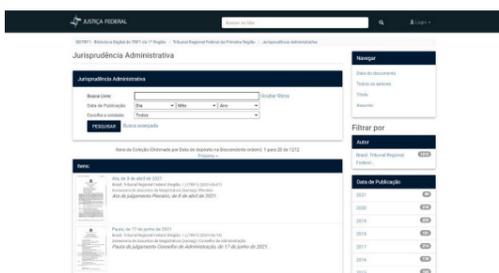
Como a questão em pauta é a saúde coletiva, o preenchimento e envio do questionário são obrigatórios. A participação de todos é fundamental para um levantamento fidedigno dos dados, com consequente dimensionamento das medidas apropriadas à preservação da nossa saúde.

A Seção Judiciária da Bahia informa que o formulário “Estudo de Casos e Vacinação - Covid-19”, que tem por objetivo subsidiar a Administração no planejamento da biossegurança do seu corpo funcional, permanece aberto para recebimento de novas respostas e atualização dos dados anteriormente prestados, por meio do [link: https://bit.ly/3EgcFXS](https://bit.ly/3EgcFXS)

Além disso, por meio do Painel COVID SJBA, elaborado a partir das respostas ao formulário “Estudo de Casos e Vacinação - Covid-19”, é possível realizar consulta da situação atual de cada unidade. Os interessados podem acessar o painel [clcando aqui](#).

A Seção Judiciária da Bahia conta com a valiosa colaboração de todos!

Coleção de Jurisprudência Administrativa está disponível no portal do TRF1



A pesquisa e o acesso à Coleção de Jurisprudência Administrativa está disponível, pela Biblioteca Digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), aos usuários internos e externos, por meio do portal do TRF1 ou no [link: https://portal.trf1.jus.br/dspace/handle/123/46862](https://portal.trf1.jus.br/dspace/handle/123/46862)

Para acessar a coleção, entre no portal do TRF1 e clique no menu à esquerda, na aba “Biblioteca Digital”, em seguida em “Biblioteca Digital (acesso

interno), se você for um usuário interno do TRF1, ou “Biblioteca Digital (acesso externo)”, se você for um usuário externo.

O acesso interno está disponível apenas a partir da rede interna da Justiça Federal da 1ª Região, ou pela internet com VPN ativa no microcomputador do usuário. Caso você não possua VPN é necessário solicitar pelo e-SosTI.

O usuário externo, depois de clicar na aba correspondente, deve selecionar o item “Jurisprudência Administrativa”, em “Destaques”.

Você também pode acessar por meio do menu “Jurisprudência”, também no portal do Tribunal. Depois clique na aba “Jurisprudência Administrativa” e você será direcionado para a página.

Aniversariantes

Hoje: Susana Lucia Pinto Araujo Silva (11ª Vara), Paulo Galvão de Amorim (Numan), Tássis Almeida Caires (Vitória da Conquista) e Eduardo de Albuquerque Bezerra Cabral (Eunapolis).

Amanhã: Simone Vieira da Costa (14ª Vara), Erika Lucia de Carvalho Sa (17ª Vara) e Maurício de Oliveira Coelho (Feira de Santana).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão: Serviço de Comunicação Social - SERCOM. Diagramação: Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. Telefones: (71) 3617-2616. Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. Site: portal.trf1.jus.br/sjba E-mail: jfh@trf1.jus.br.

Setembro Amarelo: Cartilha do CNJ subsidia prevenção a assédio e discriminação no Judiciário

Em 2016, uma estagiária de um tribunal de Justiça foi hostilizada por uma magistrada que, diante de uma falha, chamou-a de incompetente e lhe impôs uma punição vexatória, durante uma sessão pública da corte. A brutalidade do episódio deu início a uma severa depressão acompanhada de ideias suicidas, que levou a jovem a abandonar não apenas o estágio como a faculdade de Direito. Para melhorar a compreensão do que são esse e outros tipos de assédio e garantir um ambiente saudável de trabalho nos órgãos do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lança uma cartilha didática sobre o tema.

Combater o assédio moral na Justiça é uma das ações do CNJ no sentido de garantir um ambiente saudável de trabalho, podendo, inclusive, repercutir positivamente na redução da incidência de ansiedade, depressão e até mesmo pensamentos ou atos suicidas entre a força de trabalho do Poder Judiciário brasileiro. Nesse sentido, o conteúdo do manual – lançado no mês de visibilização e prevenção do suicídio (Setembro Amarelo) – traz conceitos e exemplos de casos práticos para situar todas as pessoas que atuam na Justiça sobre essas situações, que podem causar sofrimento mental e físico de muitos trabalhadores.



De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o suicídio é a segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no mundo, e a maioria dos casos poderia ser evitada se as razões do pensamento suicida fossem identificadas e, naturalmente, estabelecidas medidas que contribuíssem para reduzir o impacto do problema.

Com o objetivo principal de garantir a saúde física e psíquica no ambiente do Judiciário, não exclusivamente no aspecto de combater o suicídio, mas de qualquer mal relativo ao assédio e discriminação, o CNJ editou a Resolução n. 351/2020, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Poder Judiciário.

Confira a cartilha do CNJ no [link: https://bit.ly/3tBoMdn](https://bit.ly/3tBoMdn)

TUDO COMEÇA COM UMA IDEIA!



Faça parte da inovação! Envie sua ideia para o NUCGE.
Link para participar: <https://bit.ly/3gLgs3a>